

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

PELA DIGNIFICAÇÃO DA MAGISTRATURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM DEFESA DA AUTONOMIA INTERNA E EXTERNA, EMPENHADOS NO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA SUA EFICÁCIA NAS VÁRIAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

MANIFESTO

1. Ao Ministério Público cabem, nos termos da Constituição e da Lei, elevadas responsabilidades na estrutura e consolidação do Estado de Direito Democrático.

Num contexto mundial de perigosa e progressiva desacreditação das instituições democráticas, em que Portugal não constitui excepção, a defesa da legalidade democrática pela magistratura do Ministério Público, enquanto corpo, e o desempenho de cada um dos seus magistrados na sua acção concreta adquirem uma importância acrescida.

Ao Ministério Público restam dois caminhos alternativos: assumir na plenitude as suas responsabilidades decorrentes da Constituição e da Lei e, como magistratura autónoma em relação aos demais órgãos de poder, no respeito da consciência jurídica e da competência técnica dos seus magistrados, dirigidos apenas pelo dever de objectividade e pelo apego à verdade e à legalidade, cumprir aquilo que a sociedade, o interesse público e a democracia esperam de nós; ou, pelo contrário, demitirmo-nos e recusarmos assumir as funções próprias características duma magistratura, funcionalizando-nos, porventura em troca de compensações materiais, mas depreciando-nos e desvalorizando-nos face a um estatuto constitucional que espera de nós mais do que assim seremos capazes de merecer e justificar, ficando enredados em cumplicidades várias, incapazes de nos livrarmos de amarras e limitações de toda a ordem que sempre nos querem impor, soçobrando com o regime, em vez de nos constituirmos num dos seus pilares principais.

Ali exige-se mais de nós próprios – mais competência técnica, mais capacidade de trabalho, mais empenho, mais brio, mais apurada consciência jurídica, mais capacidade de resistência às adversidades, mais investimento na formação, mais organização, mais independência, mais ousadia. As compensações serão infinitamente superiores, a realização profissional e até pessoal substituirão o enfado, a desmotivação e a frustração.

A alternativa – entre nós porventura com mais eminentes precursores do que seria suposto – será mais cómoda, menos exigente, mais propícia ao carreirismo, ao “amiguismo”, ao clientelismo, ao clubismo, a cumplicidades de toda a ordem, e potenciará a ascensão meteórica dos que não ousam contrariar vontades declaradas ou supostas, dos que privilegiam os seus poderes pessoais à custa e em detrimento dos superiores interesses do Ministério Público e da comunidade que têm o dever de servir, dos que aceitam trocar o estatuto de magistrados pelo de funcionários e comissários, desde que compensados com lugares de destaque da hierarquia administrativa em que não hesitam em pretender transformar o Ministério Público.

Ao SMMP que vos propomos caberá, sem hesitações nem receios de qualquer tipo, com clareza e frontalidade, combater sem tréguas, denunciar aqueles que no seu seio ou do exterior pretendam transformar o Ministério Público num corpo amorfo de funcionários ou comissários políticos obedientes, desmerecedores do estatuto de magistratura, constitucional e legalmente consagrado.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

A Constituição da República Portuguesa e as leis nacionais dotaram o sistema judicial português de um Ministério Público concebido como uma magistratura autónoma e um órgão de justiça integrado nos tribunais.

A União Europeia e o Conselho da Europa têm revelado uma preocupação insistente na definição de um Estatuto para o Ministério Público que garanta a sua isenção, objectividade e independência.

O TPI e alguns sistemas judiciários nacionais buscam no Ministério Público português o modelo de configuração.

Mas só seremos modelo se a autonomia não for, entretanto, esvaziada de conteúdo.

O papel do Ministério Público como o órgão de iniciativa do poder judicial é hoje fundamental. Tão fundamental que não é a independência dos juizes que preocupa o poder político nem é objecto das engenhosas congeminações dos cérebros pensantes do regime.

O poder dos Juizes, situado no fim da linha, só se exerce se ao Ministério Público, dotado de autonomia interna e externa, forem concedidos os meios legais, humanos e materiais que permitam arquivar o que for de arquivar e remeter-lhes para julgamento o que for de acusar depois de investigações sérias e exaustivas.

É pois, também, da independência do poder judicial que se trata quando se fala da autonomia do Ministério Público.

No actual cenário de ataque despudorado à autonomia do Ministério Público na sua vertente interna, por via das recentes alterações ao Estatuto, num retrocesso sem precedentes, a defesa da configuração constitucional e legal impor-se-á como a nossa maior preocupação imediata.

Assumiremos e daremos continuidade às conclusões do VIII Congresso Extraordinário do Ministério Público, em particular no que respeita às inconstitucionalidades das normas do Estatuto do Ministério Público recentemente alteradas, por violação do princípio da estabilidade, evidenciadas no parecer que sobre a matéria foi elaborado pelos Professores Rui Medeiros e Lobo Moutinho. Tudo faremos para levar ao Tribunal Constitucional a apreciação da conformidade do actual Estatuto do Ministério Público com a Constituição.

Para passarmos as nossas mensagens e manifestarmos publicamente as nossas posições tentaremos usar em nosso benefício as vantagens, que também as há, de um país mediatizado e que, mais que isso, funciona muito ao ritmo da comunicação social em termos de decisão política. O que se nos pede é que sejamos imaginativos nas nossas acções e reacções, de forma a manifestarmo-nos e reagirmos preservando a nossa imagem e evitando ónus desnecessários.

Mas, será bom que fique claro, não prescindimos, nesta questão nem em nenhuma outra com que venhamos a ser confrontados no decurso do mandato, do recurso a nenhum meio ou forma de defesa dos nossos princípios, incluindo a greve, se os associados assim o decidirem.

2. A aprovação das recentes alterações ao Estatuto do Ministério Público pôs também em séria crise a possibilidade da construção, por cada magistrado, de uma carreira digna e que lhe permita realizar-se profissionalmente. Para além de estarem quase completamente bloqueadas as progressões na categoria, não se garante que cada magistrado gira a sua carreira pela escolha das áreas de especialidade que quer exercer e faça aí um investimento de conhecimento. A especialização e a expectativa de definição da sua carreira pelos próprios magistrados seriam indiscutíveis factores de melhoria da eficácia da actuação destes, de aperfeiçoamento do nível de êxito e eficiência do Ministério Público, o que é condição para o

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

cumprimento da sua função social, nomeadamente na defesa dos direitos fundamentais das pessoas, onde se inclui o da igualdade perante a lei.

Urge alcançar soluções que satisfaçam estas legítimas expectativas dos magistrados. Não o esqueceremos.

3. Historicamente, a par do exercício da acção penal, o Ministério Público português assumiu um significativo número de funções para a defesa da legalidade, da igualdade perante a lei e da concretização dos direitos sociais dos cidadãos.

O mérito da intervenção de cariz social do Ministério Público no âmbito do direito do trabalho ou do direito dos menores e da família tem vindo a ser reconhecido e enaltecido por entidades dessas áreas que a consideram insubstituível.

O desenvolvimento de uma cultura de diálogo e de colaboração com várias entidades dessas e doutras áreas, a abertura do SMMP à sociedade civil, sem preconceitos, complexos ou retraimentos injustificados, é um dos objectivos.

Só comunicando e interagindo poderemos questionar-nos e fazer passar as nossas mensagens.

Caberá ao SMMP denunciar publicamente o prejuízo para o interesse público da introdução de mecanismos de mediação cujos resultados, como era de prever, têm vindo a ser o prejuízo para os mais desprotegidos.

Ao SMMP competirá opor-se a esse projecto de esvaziamento das funções do Ministério Público, nomeadamente no âmbito laboral (projecta-se retirar a fase conciliatória dos acidente de trabalho do Ministério Público e entregá-la a mediadores extrajudiciais), com prejuízos para os trabalhadores e vantagens, sobretudo, para as seguradoras, e para um número cada vez maior de jovens juristas e advogados à procura do primeiro emprego.

Também a acção do Ministério Público na jurisdição administrativa tem vindo a ser desvalorizada, com a cumplicidade de algumas distintas figuras da nossa magistratura.

É inestimável o contributo do Ministério Público para a defesa do interesse público e da comunidade em áreas como o ambiente e o urbanismo, a defesa da paisagem irremediavelmente alienada, quase sempre a troco de nada que reverta para a comunidade.

PROGRAMA

LINHAS GERAIS DE ACTUAÇÃO E PRINCIPAIS INICIATIVAS PARA AS CONCRETIZAR

A nossa acção dirigir-se-á, por isso, fundamentalmente, para a concretização dos pontos que indicámos no Manifesto, sem prejuízo de aprofundarmos e aumentarmos o conjunto de serviços e actividades que o SMMP há muito presta aos seus associados.

A. INICIATIVAS NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

O Ministério Público tem particulares responsabilidades no âmbito da acção penal, a parte mais visível e mais incómoda das funções que exerce, mas também a mais vulnerável e por isso a mais exposta à crítica e a interesses de toda a ordem.

Por isso, merecerá do SMMP particulares atenções neste mandato.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

A aproximação ao meio académico e científico, que aliaremos à nossa experiência, para formulação e legitimação das nossas propostas, será o caminho.

Nesse sentido, temos como objectivo apresentar, dando-lhe a merecida repercussão pública, faseadamente, ao longo dos três anos de mandato, propostas realistas, reflectidas e responsáveis, de alteração ao Código de Processo Penal, visando torná-lo mais célere em todas as fases, menos burocrático, com um maior equilíbrio entre os direitos dos arguidos, por um lado, e os das vítimas e da comunidade em geral, por outro, nomeadamente nas seguintes áreas:

- **inquérito**, incluindo: regras de conexão processual; medidas de coacção; meios de obtenção de prova;
- **fase de julgamento**, incluindo: o regime da apreciação/validade em julgamento da prova reunida no inquérito; a limitação das testemunhas em julgamento; os requisitos e o regime das nulidades da sentença nos vários tipos de processos; limitação do dever de fundamentação das sentenças; limitação dos recursos no caso de confissão;
- **formas simplificadas de processo**, incluindo: alargamento do âmbito de aplicação dessas formas de processo; simplificação da tramitação e das sentenças.

As linhas gerais das reformas a propor serão discutidas e definidas internamente pela Direcção, ouvidos os sócios em assembleias de delegados sindicais e assembleias distritais, e institucionalizando meios de recolha de contributos de colegas que pretendam colaborar, designadamente através da sua participação activa nas iniciativas do grupo de trabalho temático permanente para a área do direito penal e processual penal.

Outra das preocupações tem a ver com aquilo a que chamamos de falta de “energia investigatória” do Ministério Público. Devido a razões endógenas e exógenas complexas, o Ministério Público está hoje acantonado, limitado nas suas capacidades de investigação, sem a capacidade e a motivação necessárias para exercer de forma plena a acção penal. O esforço, o trabalho, o brio dos magistrados do Ministério Público que vão resistindo às dificuldades, às frustrações e à falta de motivação serão inglórios e inconsequentes se não nos conseguirmos libertar da teia em que nos vão envolvendo, com limitações legais e operacionais de toda a ordem.

Face a um crime progressivamente organizado, estruturado, globalizado, profissionalizado e institucionalizado, as alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, a Lei de Política Criminal, a Lei de Organização da Investigação Criminal, a Lei de responsabilidade civil dos agentes do Estado, limitam e condicionam a investigação e o exercício da acção penal pelo Ministério Público.

Como resultado, remete-se o Ministério Público e a acção dos seus magistrados para a investigação da grande massa de desprotegidos e menos afortunados, limitando-se a acção penal a certos patamares, excluindo-se dela os mais poderosos e influentes.

O SMMP deverá estar na linha da frente do combate a estratégias de paralisação e à cultura do amorfismo e da resignação.

Hoje e cada vez mais, a denúncia pública dessas estratégias através dos órgãos de comunicação social e o receio dos custos políticos pelos seus mentores e implementadores, é um instrumento que o SMMP deverá usar com inteligência.

Internamente, o Ministério Público tem o dever de se organizar e reestruturar, e as responsabilidades da hierarquia e do Conselho Superior do Ministério Público têm que ser por eles assumidas.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

O SMMP não hesitará em denunciar as estratégias de certa hierarquia nada preocupada com a imagem de paralisia, de incompetência, de incapacidade, cada vez mais associadas a um “Ministério Público arquivador” que faz “que anda mas não anda”, proclamador teórico de princípios de igualdade e de exigência sem correspondência na prática.

Sem menosprezar o *marketing* e a publicidade hoje tão em voga, cabe ao SMMP fazer lembrar e recordar publicamente que aos princípios proclamados tem que corresponder capacidade de resposta na acção processual concreta em que se verdadeiramente se consubstancia o exercício da acção penal, e tem aplicação o princípio fundamental da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

O Ministério Público carece, por isso, de uma profunda reestruturação interna, que passa, além do mais, pelo repensar das lideranças que não tem tido, pela adequação das vocações e das experiências profissionais aos cargos, pela especialização, e, como instrumento, pelos concursos com avaliação de currículos e experiências profissionais.

Num momento de reorganização judiciária, com a criação de novos DIAP's, a energia investigatória que o Ministério Público carece impõe que as lideranças sejam questionadas, que os resultados do respectivo trabalho de gestão e coordenação sejam seriamente avaliados. Os magistrados de base não podem continuar abandonados à sua sorte, sem apoios, sem lideranças, que assumem, por vezes até publicamente, posições contrárias, constrangedoras e comprometedoras da imagem do Ministério Público e do trabalho dos seus magistrados.

B. O REFORÇO E A VALORIZAÇÃO DO SISTEMA DE INSPECÇÕES

O sentido das últimas alterações ao Estatuto do Ministério Público introduzidas a propósito do «Mapa Judiciário» justifica a pergunta: *quem recebe o mérito e a competência da magistratura do Ministério Público e dos seus magistrados?*

Ao SMMP, cabe, nos termos do seu Estatuto (artigo 6.º, n.º 3) pugnar pela dignificação da magistratura do Ministério Público e pelo aperfeiçoamento e democratização do aparelho judiciário.

A busca do mérito e do reforço da aptidão e competência dos magistrados do Ministério Público individualmente considerados, e da capacidade de resposta do Ministério Público enquanto corpo hierarquizado, constitui uma das nossas preocupações e responsabilidades.

O sistema de inspecções do Ministério Público deverá assumir-se como o principal meio de sinalização das dificuldades, deficiências e insuficiências dos magistrados e dos serviços do Ministério Público.

A par de inspectores competentes, não podem continuar a exercer a função inspectores eles próprios tecnicamente inaptos, absentistas, incapazes de realizarem qualquer trabalho sério de avaliação de magistrados muitas vezes mais conhecedores e competentes que eles.

A inspecção não pode continuar a ser entendida como um repositório de magistrados sem colocação, onde uns trabalham e outros não, com desprezo e desrespeito pelo trabalho dos magistrados, por vezes submetidos a inspecções incompetentes, por isso injustas, porventura mesmo que por excesso, ou sem a inspecção a que têm direito, com todas as consequências inerentes.

Os magistrados do Ministério Público merecem e exigem mais respeito!

Ao SMMP cabe a responsabilidade de combater este estado de coisas, denunciando-o publicamente, e suscitando junto do Conselho Superior do Ministério Público e do Procurador-Geral da República as alterações necessárias.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

Pugnaremos pela valorização do sistema de inspecções e dos inspectores, o que deverá passar pelos seguintes pontos:

1 – Quanto aos inspectores:

- a. A limitação das comissões de serviço dos inspectores ao tempo adequado, que salvide a adaptação e a experiência na função mas evite a perpetuação na função, estabelecendo-se um limite máximo, que nos parece razoável, entre 9 e 12 anos;
- b. A especialização dos inspectores, correspondente à multiplicidade de funções do Ministério Público;
- c. A aposta na formação dos inspectores;
- d. A monitorização anual do trabalho dos inspectores pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- e. A admissão de inspectores mediante concurso interno, publicitado com divulgação prévia dos critérios de escolha, que permita o acesso ao cargo aos mais capazes e vocacionados;
- f. O reforço das garantias de independência do corpo inspectivo relativamente a qualquer forma de pressão ilegítima;

2 – Quanto às inspecções:

- a. A implementação de mecanismos de equidade nas anotações e superação dos critérios subjectivos de avaliação;
- b. O reforço da competente pedagógica, sobretudo nas primeiras inspecções, devendo até a primeira delas, a realizar no primeiro ou segundo ano de exercício de funções, ter apenas tal função, não existindo notação;
- c. A abolição das informações anuais dos PGD's;
- d. O cumprimento rigoroso da periodicidade das inspecções, a realizar no máximo de 4 em 4 anos, com a presunção de nota de mérito em caso de ausência de inspecção no prazo previsto por razões alheias ao inspecionando;
- e. A monitorização pelo corpo inspectivo das alterações legislativas, de novos institutos processuais e pontos de bloqueio;
- f. A valorização de intervenções orais, não materializadas no processo, tais como o desempenho em julgamento, incluindo alegações, e o atendimento ao público;
- g. O recurso à autoavaliação;
- h. A atribuição de anotação apenas em função do grau de mérito ou demérito do inspecionado, sem vinculação a quotas ou percentagens, máximas ou mínimas, pré-estabelecidas;
- i. Inspecções de vários magistrados colocados no mesmo serviço em simultâneo, que permita uma visão individual e global, comparativa, facilitadora de juízos de equidade.

C. CONGRESSO E CONFERÊNCIAS

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

Em 2011, com temas, data e local a designar, realizaremos o IX Congresso do Ministério Público.

Na sequência do diagnóstico e das apostas que fazemos, promoveremos:

1 - Uma Conferência Nacional, a realizar até ao fim do ano na área da Direcção Distrital de Lisboa, subordinada ao tema

“Modelos de Organização e Direcção da Investigação Criminal: O Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal, presente e futuro”.

2 - Uma Conferência Nacional, a realizar no primeiro semestre de 2010 na área da Direcção Distrital do Porto, subordinada ao tema

“O Ministério Público e o desenvolvimento económico e social”

(Numa altura em que a crise económica afecta centenas de milhares de portugueses é bom reflectirmos sobre a importância do nosso papel para o desenvolvimento de uma sociedade de Bem-estar social e económico.)

3 - Uma Conferência Nacional, a concretizar na área da Direcção Distrital de Coimbra no segundo trimestre de 2010, subordinada ao tema

“O Ministério Público e as políticas criminais e de segurança”

4 - Uma Conferência Nacional, a realizar na área da Direcção Distrital de Évora, no primeiro semestre de 2011, subordinada ao tema

“O Ministério Público na Jurisdição de Menores e Família - novas propostas”

Para a dinamização, organização e planificação destas Conferências serão reunidos Grupos de Trabalho Temáticos Permanentes a integrar pelos associados que quiserem intervir e por membros das respectivas Direcções Distritais e da Direcção Nacional que a estes temas se queiram dedicar. Estes Grupos manter-se-ão activos na divulgação e discussão pública ou interna das conclusões e propostas das Conferências.

A Direcção irá, também, procurar apoio académico e científico junto de organismos nacionais, estrangeiros ou internacionais para desenvolver trabalhos de pesquisa e auditoria temática no âmbito da organização judiciária e, mais concretamente, da actividade do Ministério Público, tendo em vista enriquecer os trabalhos das Conferências e dos Grupos de Trabalho Temáticos Permanentes e reforçar os meios de intervenção do SMMP.

A realização destas quatro Conferências Nacionais não impede a concretização pelas Direcções Distritais de qualquer outra iniciativa sua, que, numa lógica de descentralização e autonomia, sempre serão apoiadas pelos organismos centrais e administrativos do SMMP. Serão estudadas formas de participação financeira e organizativa que permitam a essas estruturas funcionar normalmente.

D. FORMAÇÃO

O Estatuto do Ministério Público dispõe hoje expressamente que a formação é um direito e um dever dos magistrados.

Com a complexificação da sociedade moderna e dos problemas que gera e apresenta ao sistema de realização de justiça, a formação permanente e complementar será cada vez mais importante, pois só assim será possível a produção de respostas adequadas e tempestivas. Funções cada vez mais comple-

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

xas e específicas exigem formação e treino específicos, o que por sua vez permite o preenchimento de lugares por concursos de qualidade acrescida.

Como se aprovou no VIII Congresso, um novo sistema de colocação de magistrados impõe a melhoria do sistema de formação permanente e contínua: o mesmo deverá ser programado e executado pelo CEJ e pelo CSMP (exigindo-se um reforço da participação deste órgão); embora cabendo a cada magistrado definir o seu plano de formação, deverá ser obrigatória a frequência de um número mínimo de acções de formação por ano, sendo criadas as condições práticas para que todos possam efectivamente aceder a essa formação; essas acções deverão abranger as diversas áreas do direito e de intervenção do Ministério Público, incluindo a chefia, organização e liderança de magistrados, mas também deverão visar a atribuição das competências técnicas básicas de eficácia e qualidade do trabalho (organização do trabalho, informática, etc.); a participação nas acções de formação deverá ser avaliada.

A participação nas acções de formação tem de estar intimamente ligada ao sistema de avaliação e à gestão da carreira de magistrado, com reflexos directos nelas.

A formação deve ser prévia à colocação dos magistrados em órgãos especializados. A formação não pode ser feita “à custa” dos cidadãos, num processo dialéctico de experimentação, erro e aprendizagem que pode nunca terminar.

A formação inicial – que necessariamente tem um cunho generalista, fornecendo a todos os candidatos a magistrados os instrumentos e competências necessários à execução satisfatória de todas as funções que serão chamados a executar – não poderá deixar de ser prestada pelo Centro de Estudos Judiciários. Já a formação complementar – que deverá ser diferenciada e específica, apta a fornecer ao magistrado uma competência acrescida, de particular excelência – poderá ser prestada pelo Centro de Estudos Judiciários, mas também por muitas outras entidades, nomeadamente o SMMP.

Propomo-nos contribuir activamente para a formação adicional dos magistrados, não só através de conferências, mas principalmente de cursos nas diversas áreas da nossa intervenção, a realizar regularmente, gratuitamente ou a preços muito reduzidos, na nossa sede nacional e não só.

E. LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

1. A Questão Remuneratória:

A profunda e duradoura recessão económica internacional a que Portugal não escapa não permite alimentar expectativas de melhorias significativas do estatuto remuneratório das magistraturas a curto prazo. Começa mesmo a falar-se com alguma insistência na possibilidade de entrarmos num ciclo de deflação, com consequências ainda imprevisíveis.

A ofensiva a que se tem assistido contra a Justiça e contra os Magistrados, constantemente minorizados, diminuídos e enfraquecidos, terá um fim. E dará lugar, mais tarde ou mais cedo, à concepção que valoriza a Justiça como um dos pilares da Democracia, cuja acção tem de ser valorizada, repondo-se os níveis de autoridade e de credibilidade.

Afastada a concepção agora prevalecente, será possível e natural, num novo enquadramento, reavaliar-se e requalificar-se o estatuto remuneratório dos magistrados portugueses, há uns anos dos melhores da Europa, actualmente degradado e desactualizado, incapaz de captar os melhores no confronto e concorrência com outras actividades judiciais.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

Ainda assim, e no imediato, bater-nos-emos por um sistema remuneratório justo, gradual e mais independente da progressão e bloqueamentos da carreira. Um sistema que assegure, em momentos diferentes e com velocidades distintas, a possibilidade de todos atingirem o topo remuneratório.

Continuaremos a defender a aprovação de um código ético e de conduta do Ministério Público que, além do mais, sirva de baliza e instrumento de objectividade na classificação e na acção disciplinar.

2. Intervenção Social

Os anos que se avizinham serão de grandes dificuldades económicas para os portugueses. Os magistrados do Ministério Público não podem ficar indiferentes ao que se passa à sua volta. Por esta razão, é um imperativo moral que nos unamos para auxiliar aqueles que são mais desfavorecidos e que atravessem situações dramáticas. As crianças, os deficientes e os desempregados devem merecer a nossa especial atenção. Ao SMMP cabe o papel de mobilizar os seus sócios para o apoio a instituições particulares de solidariedade social, com acções que iremos impulsionar em alturas próprias. Neste momento, encontra-se em estudo a criação de uma IPSS, criada por iniciativa do Sindicato, e que teria como objectivo o desenvolvimento de uma acção social junto dos associados e dos mais carenciados.

3. Actividades Sociais

O SMMP ao longo do tempo tem incentivado o convívio entre os associados através da realização de reuniões e jantares. Pretendemos continuar essa linha de actuação reforçando ainda mais a parte social. Por essa razão pretendemos dinamizar a actividade na sede e nas instalações da delegação do Porto procedendo à realização e promoção de actividades culturais como: exposições de pintura, teatro, tertúlias e lançamento de livros. Também nos distritos de Coimbra e Évora serão realizadas iniciativas deste género.

4. Apoio Social

Propomo-nos dinamizar parcerias entre o SMMP e várias entidades com vantagens mútuas, que facilitem o acesso a bens e serviços com interesse para os associados em várias áreas.

Nesse sentido, apelaremos à iniciativa dos sócios para que, em colaboração com a Direcção, desenvolvam contactos para o estabelecimento de parcerias e protocolos. Livrarias e Cultura, Lazer e Saúde, Ginásios e Clubes tendo em vista a prática desportiva e outros cuidados físicos e de lazer, Agências de Turismo, Hotéis e Pousadas, Jardins-de-Infância, entidades do sector financeiro, são sectores que exploraremos.

5. Saúde

Será mantido o serviço actualmente prestado pela UNIMED e mantidas e, se possível, reforçadas as coberturas do seguro fechado de saúde disponibilizado pelo SMMP aos associados.

Na área da saúde, o SMMP, por si ou em parcerias com outras entidades da área da justiça, potencian-do sinergias, disponibilizará um sistema mais amplo de facilidades que permita aos associados diminuir a desprotecção decorrente do desmantelamento dos SSMJ. Convénios com médicos, clínicas e hospitais que permitam um acesso mais rápido e em condições financeiras mais vantajosas aos asso-

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

ciados do SMMP constituem um projecto cujos contornos estão já em estudo, para implementação no primeiro ano de mandato em caso de eleição.

F. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO SMMP

1. Expressão Pública do SMMP: comunicação com os Sócios e com o Exterior

Temos a noção que vivemos num mundo em que, cada vez mais, tudo, incluindo a decisão política, sobretudo essa, é impulsionado pela intervenção da comunicação social.

A intervenção do SMMP e as mensagens que, em cada momento, pretenderá fazer passar, depende muito da capacidade que tiver para se relacionar com a comunicação social.

Nesse âmbito, o SMMP e os candidatos desta lista têm alguma experiência de relacionamento com a imprensa escrita e falada, que pretendemos reforçar num espírito de colaboração responsável entre dois universos, o da justiça e o da comunicação, que têm regras próprias, nalguns casos inconciliáveis, mas complementares e ambos imprescindíveis ao amadurecimento da democracia e do Estado de Direito.

Privilegiar o relacionamento com o jornalismo sério e responsável, no respeito das regras específicas de cada um, será a atitude que nos norteará neste âmbito.

Podermos exprimir as nossas opiniões e mensagens em momento oportuno, de forma clara e objectiva, dependerá da nossa atitude e da forma como nos organizarmos a esse nível.

Apostar-se-á, assim, em reforçar e reorganizar o gabinete de imprensa dependente da Direcção, aumentando a sua capacidade de intervenção.

Através do gabinete de imprensa, temos o propósito de divulgar junto da comunicação social a acção e intervenção dos magistrados do Ministério Público que mereça realce, para o que apelaremos à iniciativa de cada um no sentido de nos sinalizar essas situações, que no âmbito do direito de menores e família, trabalho, administrativo ou penal, deva ser realçada. O objectivo será o de reforçar o prestígio do Ministério Público nas várias áreas de intervenção.

Do mesmo modo, o gabinete de imprensa deverá começar a tratar e divulgar informação de âmbito mais circunscrito sempre que localmente se justificar, em conjugação com os colegas que sinalizem as situações e com a direcção nacional.

Dar-se-á continuidade à divulgação diária de notícias através da resenha de imprensa, apelando-se também aí à iniciativa dos sócios que deverão sinalizar informação que considerem relevante mas que escape à direcção nacional ou ao gabinete de imprensa.

A resenha de imprensa incluirá notícias da imprensa estrangeira relacionadas com movimentos sindicais da área da Justiça nos vários países, designadamente naqueles que têm mais afinidades com Portugal.

Daremos continuidade à série «Justiça,» com três cadernos já publicados. Será um instrumento de divulgação da acção do SMMP, constituindo um importante repositório das ideias mais significativas e posições mais relevantes assumidas pelo Sindicato.

A comunicação com os sócios far-se-á sobretudo através do sítio do SMMP na *net* e de *mail*. Esta prática permite uma informação mais actualizada com poupança relativamente ao correio tradicional.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

O sítio do SMMP na *net* será uma realidade dinâmica, em permanente actualização, onde nos propomos criar novos espaços para debate e divulgação de informação relevante. Criaremos um espaço para divulgação de peças processuais estrangeiras que permitam confrontar a nossa realidade processual com a de outros países com melhores respostas a esse nível.

2. Grupos de Trabalho para as várias Áreas

No âmbito do SMMP, propomo-nos consolidar a aposta em grupos de trabalho de associados que se disponham a colaborar coordenadamente, em colaboração com a Direcção, nas seguintes áreas: Direito Penal e Processual Penal; Direito dos Menores e Família; Direito do Trabalho; Direito Administrativo; Direito do Ambiente.

A experiência foi já ensaiada pela direcção cessante, com êxito no âmbito do Direito Administrativo e, mais timidamente, no Direito do Trabalho.

Foi possível, com a colaboração desses associados, em coordenação com a Direcção, organizar colóquios, cursos de formação e outras iniciativas de inegável interesse, que há que incrementar e estender àquelas outras áreas.

Tirando partido das condições logísticas que o SMMP tem actualmente, realizaremos cursos de formação nas áreas do Direito Penal e Processual Penal, do Direito dos Menores e Família, do Direito do Trabalho e Direito Administrativo, na sede nacional e na delegação do Porto.

Com recurso a meios externos, estenderemos essas acções a Coimbra, a Évora e a outros locais sempre que o número de interessados o justifique.

Acções que serão organizadas apenas pelo SMMP ou em colaboração com outras entidades, mas com recurso a especialistas de várias áreas conexas com as múltiplas funções do Ministério Público.

G. DINAMIZAÇÃO DA VIDA SINDICAL:

1. As Direcções Distritais

A dinamização e o enriquecimento da vida sindical passa pelo reforço da aposta no contributo das direcções distritais e da iniciativa e trabalho dos sócios dessas circunscrições. É uma riqueza que o SMMP não pode desperdiçar.

Convocar e promover, com carácter de regularidade, assembleias distritais de sócios para discussão e análise dos problemas relativos à respectiva circunscrição, e organizar iniciativas de interesse geral dos sócios em conjugação com a direcção, estão entre as competências estatutárias das direcções distritais (artigo 24.^o).

A ligação do SMMP aos sócios e a capacidade da Direcção para representar os seus interesses depende muito do desempenho das direcções distritais, que nos propomos valorizar numa perspectiva de descentralização e trabalho de equipa.

As recentes alterações estatutárias permitem potenciar a capacidade de organização e o dinamismo dos sócios a nível distrital. Os estatutos prevêem a disponibilização anual, pela Direcção, de meios financeiros que permitam sustentar as iniciativas de interesse dos sócios e do sindicato.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

Daremos imediata concretização a esse propósito estatutário, que permitirá tirar partido do dinamismo que as Direcções Distritais têm vindo a evidenciar, e que a direcção tem o dever de incentivar, numa perspectiva de descentralização que constitui uma das apostas do projecto que vos propomos.

Com a inauguração da sede nacional e das instalações da Delegação Regional do Porto, as Distritais de Lisboa e Porto dispõem agora de locais que permitem a essas Direcções Distritais desenvolver mais e melhor trabalho.

Serão incrementadas as acções de formação. As Direcções Distritais cada vez terão mais autonomia para desenvolver as suas actividades e proporcionar acções sindicais e de formação mais próximas dos associados.

A sede e as instalações do Porto servirão como grandes espaços de debate dentro das delegações Regionais de Lisboa e Porto, de forma a discutir os grandes problemas específicos das duas maiores delegações em número de sócios.

Nas Delegações Regionais de Coimbra e Évora, atenta a grande dispersão geográfica, as Direcções Distritais procurarão deslocar-se a várias comarcas e aí recolher opiniões.

Serão ainda realizados encontros, em diversas cidades dos Distritos, para debate de problemas próprios da Região.

2. As Assembleias de Delegados Sindicais

As últimas alterações estatutárias permitiram acabar com algumas ambiguidades ao nível das escolhas, dos mandatos e outros aspectos do regime dos delegados sindicais.

Tirar partido dessa agilização do regime estatutário dos delegados sindicais e promover a imediata eleição dos delegados sindicais de forma a assegurar a maior representatividade nessas assembleias é uma responsabilidade da futura direcção.

Escutar os delegados sindicais é fundamental para legitimar a acção da direcção em questões fundamentais. Embora os estatutos refiram a necessidade de realização duma assembleia anual, a direcção projecta convocar a assembleia de delegados sindicais sempre que estejam em causa opções fundamentais.

3. As Assembleias Distritais

O estatuto prevê a realização de assembleias distritais, uma prática que a direcção cessante implementou com sucesso, ainda que nem sempre com a adesão desejável por parte dos associados. É uma aposta a manter e desenvolver.

4. Reuniões com Associados pelo país

Propomo-nos reforçar um programa de contactos regulares com associados, em vários pontos do país, por iniciativa das direcções distritais ou da direcção nacional, sempre que alguma razão especial o justifique, e regularmente como forma de auscultação dos magistrados do Ministério Público sobre as mais variadas questões da actualidade.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

5. Iniciativas para Aumento da Taxa de Sindicalização

É elevada a taxa de magistrados do Ministério Público sindicalizados. Ainda assim, há margem para desenvolver iniciativas de captação de novos associados. Passam por encontros que pretendemos tornar regulares com os auditores de justiça no Centro de Estudos Judiciários, em acções de sensibilização que permitam também transmitir-lhes informalmente esclarecimentos sobre a magistratura do Ministério Público e questões que pretendam suscitar; pela sensibilização dos magistrados formadores no esclarecimento e informação dos auditores quanto ao papel e importância do SMMP para o Ministério Público e para os próprios; pela identificação dos magistrados não sindicalizados e abordagem personalizada; pela divulgação das vantagens em ser-se associado; pela desmontagem de um discurso anti-sindical protagonizado ou patrocinado por alguma hierarquia.

6. Os Magistrados colocados nas Ilhas

A direcção compromete-se a promover, no início do mandato, reuniões com os associados das ilhas, em ordem a avaliar os problemas específicos e apoiá-los no que estiver ao seu alcance.

A recente violação do princípio da paridade com a magistratura judicial no que respeita ao pagamento pelo Estado das viagens dos magistrados residentes nas ilhas e colocados nos tribunais superiores (no continente) continuará a ser acompanhada até ser solucionada, dando-se continuidade aos contactos com o executivo.

Incentivar-se-á a participação dos associados das ilhas em iniciativas do SMMP realizadas no continente, através da redução ou anulação dos custos de inscrição ou de permanência, ou de outras medidas que venham a ser encaradas nas reuniões a efectuar nas ilhas.

H. RELAÇÕES COM O CSMP E COM OS SEUS MEMBROS

O SMMP assumirá sem complexos nem constrangimentos uma aproximação a todos os membros do CSMP, independentemente da sua origem. A este órgão, como órgão superior de gestão das carreiras e de organização do Ministério Público, o SMMP dirigir-se-á sempre que o imponham razões de interesse para o Ministério Público e/ou para os seus magistrados.

O SMMP, em representação da esmagadora maioria dos magistrados do Ministério Público, tem a responsabilidade inalienável de se manifestar perante os membros do CSMP, apresentando sugestões, solicitando esclarecimentos, manifestando inquietações.

Do mesmo modo dos representantes dos magistrados no CSMP é de esperar, se não de exigir, uma atitude de proximidade e de abertura aos magistrados eleitores e ao SMMP como estrutura representativa dos seus associados.

O diálogo deverá ser franco e aberto, assumido sem complexos.

I. RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONAIS

Num mundo globalizado, o desenvolvimento das relações com entidades e organizações internacionais é fundamental para a justiça portuguesa e para os magistrados portugueses mas também para a afirmação de sistemas jurídicos independentes em países com democracias menos consolidadas, ou para reequacionar modelos e questões novas mesmo em países ditos desenvolvidos.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

Daremos continuidade ao aprofundamento das relações internacionais com diversas organizações de magistrados e do Ministério Público, designadamente com a MEDEL e com outras associações de magistrados da América Latina e dos países lusófonos.

No âmbito das iniciativas que projectamos na área do direito penal e processual penal recolheremos ensinamentos e experiências de outros ordenamentos jurídicos próximos do nosso, no sentido de coligir elementos para as propostas que faremos para aumento da capacidade de resposta nessas áreas.

Dinamizaremos contactos e encontros com as associações de magistrados da CPLP, para troca de experiências e cooperação com magistrados desses países que já manifestaram ou que venham a manifestar interesse. Iniciativas que o SMMP desenvolverá por si ou em coordenação e em conjugação com outras entidades, designadamente com o Centro de Estudos Judiciários e com a Procuradoria-Geral da República.

J. BIBLIOTECA

Daremos continuidade ao esforço de organização e informatização da biblioteca do SMMP. Proceder-se-á à informatização completa do espólio da biblioteca com a catalogação de monografias, publicações periódicas e material não livro (ex: fotografias, cartazes, etc.).

Com um espólio riquíssimo, é hoje possível com as novas instalações organizar a biblioteca numa forma sistematizada.

A fase de informatização em curso e em fase avançada prosseguirá com a disponibilização do espólio da biblioteca através da Internet, e com a informatização completa do Módulo de Circulação e Empréstimo que permita um acesso facilitado aos associados e a terceiros interessados. A gestão do empréstimo representa para uma biblioteca uma rotina vital, não apenas pelo tipo de operações que permite controlar, mas também pela importância da informação que daí resulta e da análise posterior das transacções. O módulo será preparado para emitir talões comprovativos das operações efectuadas (empréstimo, devoluções, renovações). Para o funcionamento deste módulo está pensado a utilização de um sistema de leitura óptica (vulgo leitores de códigos de barras), que permitirá otimizar consideravelmente algumas rotinas com a utilização deste tipo de equipamento.

Conjugando o carregamento da base de leitores, com a aquisição destes equipamentos verifica-se a total informatização da Biblioteca. Este projecto tem como principais objectivos a criação de uma Biblioteca informatizada que permita disponibilizar um conjunto alargado de informação, sistematizada e de qualidade, em tempo útil, cuja utilização pode vir a constituir um instrumento fundamental para a actualização de conhecimentos, por parte dos Magistrados do Ministério Público e não só.

Ainda no âmbito da biblioteca proceder-se-á à parametrização, com a colaboração numa empresa especializada, de uma base de dados que permita pesquisar os pareceres, estudos e outro tipo de documentação interna produzida pelo SMMP, em texto integral.

L. REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Revista do Ministério Público (RMP), título que ao longo da história do SMMP tem vindo a impor-se, ocupa um lugar de referência nacional, e é, no panorama das revistas jurídicas portuguesas, um marco assinalável, pelo seu contributo científico, pela sua regularidade e pela pluralidade de pontos de vista e de opiniões dos autores que nela vêm tendo participação. É por isso considerada e respeitada na comunidade jurídica.

MANIFESTO E PROGRAMA DA LISTA A – 2009/2012

A RMP prestigia o SMMP e o Ministério Público.

Esta é uma matriz que importa salvaguardar, solidificar e mesmo intensificar. Há que apostar no seu desenvolvimento para consolidação desse prestígio. A RMP é, de entre as publicações do SMMP, a que, até agora, mais se tem caracterizado pela sua regularidade e constância.

Nos termos dos artigos 19º, nº 7, e 20º, nº 2, do Estatuto do SMMP, a RMP é dirigida por um Director, nomeado pela Direcção do SMMP, cabendo ao Secretário-Geral da Direcção do SMMP a responsabilidade pela direcção das publicações do sindicato.

Sem prejuízo do absoluto respeito pela independência da Direcção da Revista e da sua linha editorial, importa estreitar as relações entre aquela Direcção da RMP com vista a dinamizar, promover e intensificar o campo editorial do SMMP.

Nessa linha, a Direcção do SMMP propõe-se, em necessária articulação com a Direcção da RMP, realizar encontros periódicos entre as duas direcções, de modo a reflectir sobre eventuais problemas e procura das pertinentes soluções para os mesmos e realizar eventos de reflexão sobre questões da justiça e nos quais a RMP possa desempenhar papel relevante.

A RMP deverá apostar em cadernos temáticos, vendidos separadamente, que, em coordenação com a Direcção, tenham como objectivo o estudo e reflexão de questões de interesse para o SMMP, a começar pelas propostas que faremos no âmbito do direito penal e processual penal.

Pensamos que deverão ser igualmente editadas colectâneas de artigos, por áreas, de textos já publicados anteriormente e proceder à sua venda em livrarias.

A ideia que subjaz a estas medidas tem no seu âmago a necessidade de, também na perspectiva da reflexão jurídica, todos os componentes do SMMP darem o seu contributo – de uma forma articulada – para a defesa dos objectivos definidos no artigo 6º do Estatuto.

*

O TEU VOTO É FUNDAMENTAL.

UMA VOTAÇÃO EXPRESSIVA REFORÇA A LEGITIMIDADE DA ACÇÃO DO SMMP.

CONTAMOS COM A TUA CONFIANÇA E APOIO.